

A OFICINA DA HISTÓRIA: OS PASSOS DE UMA DISCIPLINA QUE É HOJE UM DOS MAIS VASTOS CAMPOS DE SABERES

Cerize Aparecida Nascimento Gomes
Departamento de História
UNICENTRO, Guarapuava, PR

Resumo: Neste artigo discutem-se questões ligadas ao surgimento e legitimação da história enquanto disciplina escolar e acadêmica. Partindo das mãos dos antiquários e dos filósofos por meio da investigação dos textos greco-romanos para a idéia de que existe uma história universal. Com o Renascimento e o Iluminismo, as elites européias promovem uma releitura que vai permitir aos séculos XIX e XX amplos debates através do positivismo, o materialismo histórico e os *Annales*, criando um terreno discursivo amplo, pleno de horizontes teóricos e novas abordagens historiográficas e literárias que legitimam e consagram a história como um dos mais vastos campos de saberes.

Palavras-chave: história, mudanças, programas, métodos, legitimidade, fragmentação.

Abstract: In this article, questions about the appearance and legitimation of history as a school and academic subject are discussed: from the antiquarians and philosophers investigating the Greco-Roman texts to the idea that there is a universal history. With the Renaissance and the Illuminism, the European elites promote a new interpretation that will allow the nineteenth and the twentieth centuries to watch ample debates under the positivism, the historical materialism and the *Annales*, creating a wide discursive possibility, full of theoretical horizons and new historiographic and literary approaches that came to legitimate and consecrate history as one of the broadest fields of knowledge.

Key-words: history, changes, programs, methods, legitimacy, fragmentation.

A descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino.
(Hayden White)

Se hoje todas as sociedades recuperam e mantêm sua história, não é simplesmente porque a história universal foi integrada através de um mercado mundial de colonização e descolonização em permanente agitação. Ocorre que a história já não é tida apenas como um movimento, mas passa a ser vista também como um conhecimento importante que já não é mais privilégio de um número reduzido de sociedades ou nações.

Tendo suas origens entre os pensadores e os antiquários, a história que encontra suas raízes na filosofia e na antropologia é hoje um vasto campo de saberes. Partindo da cultura clássica a história dividiu-se entre a erudição e a filosofia, passando das mãos dos antiquários que manejavam conhecimentos estreitos, esotéricos e línguas desconhecidas para a área da investigação através dos textos greco-romanos, com ênfase para Heródoto, Tucídides, Tito Lívio e Tácito. (FURET, 1967).

Os primeiros estudos são duplamente marginais em relação à via real da história. No século XVI a velha tradição que remonta ao Renascimento e que estabelece a divisão entre história sagrada e história profana procura uma nova identidade. Enquanto os eruditos modernos dedicam-se a comentar historiadores antigos e trabalhar nas suas margens consagrando as belas-letas, os antiquários percorrem fontes não literárias, exumam partes de monumentos, moedas, pedras, inscrições, vestígios. Alimentam comentários e pesquisas que dizem respeito aos costumes, instituições, arte e, sobretudo, à análise cronológica dos regimes e dos governos. É na segunda metade do século XVII que emerge a idéia de que existe uma história universal. O antiquário torna-se um crítico da história e pode escrever a história. Isso significa que os materiais que exuma e classifica deixaram de ser marginais.

Nesse período não se reinventa a história mas se diversificam os seus materiais, deslocando as linhas que pareciam fixas para sempre. Publicam-se anais, compilações e memórias. A história é uma narrativa continuada que perde sua rigidez de conteúdo, mas conserva as regras estéticas e morais. É um trabalho de escritor. (FURET, 1967).

No século XVIII, a tradição clássica de que a história não passa de um anexo das belas-artes é enfim colocada em questão. Os deuses gregos e os santos romanos começam a ruir. As fábulas do Olimpo e os mártires cristãos são transformados em um acervo de quimeras, sonhos e absurdos. Esse derrotismo histórico funde-se à obsessão pelo moderno, pelo presente. As elites européias que viviam desde o Renascimento com uma identidade extraída da Antiguidade cujos artistas e autores constituíam as molduras obrigatórias do belo e do verdadeiro são obrigadas a se confrontar com a querela acadêmica dos antigos e dos modernos. (HEGEL, 1990). Hegel expressa o pensamento de que a cultura clássica não é um passado, mas um presente e que a história não é um recomeço mas um progresso.

Os iluministas, em especial, Montesquieu, Voltaire e Rousseau, procuram na história dos povos não só o espetáculo da diversidade das religiões e dos costumes, mas o sentido de um mundo liberto da sagrada escritura e indefinidamente aberto ao progresso.

Em 1762, a expulsão dos Jesuítas marca o início do debate sobre a importância da história se constituir em disciplina escolar, livre das amarras da erudição considerada ocupação privilegiada de um pequeno grupo – leia-se elite - de especialistas que discutem os temas longe do público. A história buscou distanciar-se também da filosofia, tornando-se um gênero demasiado aberto e reflexivo, moderno e escolarmente perigoso. (WHITE, 1995).

Até então, os alunos só aprendiam história nas páginas sagradas e nas obras de Cícero, salvo os filhos da alta burguesia, que contavam com o auxílio de filósofos da história. As escolas militares e os colégios dos jesuítas, bem como as universidades da época evitavam qualquer deslocamento no campo do saber. A partir de 1768, a nobreza francesa descarta a Companhia de Jesus, uma ordem dependente do papa, e pretende uma educação nacional controlada pelo Estado. A partir de então a história ganha impulso cultural e sentimento de nacionalidade, os povos querem conhecer seu passado e dessa forma a burguesia nascente garante o contrato entre a nação e o rei. Os currículos franceses são reorganizados e a história conquista um estatuto escolar emancipado da relação exclusiva com a Antigüidade.

Conserva no entanto um caráter relativamente marginal sem integrar o programa regular, dispensada nas salas onde os alunos vivem e estudam, integrando apenas os exercícios públicos dos dias de feriado e concursos com grande sucesso entre os alunos. Esses exemplos, que poderiam se multiplicar, mostram que a história avança pouco a pouco no fim do Antigo Regime, ao nível do ensino secundário, conseguindo nessa caminhada energia suficiente para quebrar a dupla tirania da história sagrada e da Antigüidade clássica.

A evolução é lenta e tímida. Como disciplina a história é, na maior parte das vezes um passageiro clandestino dos programas oficiais. Mesmo o Collège de France, criado para superar a inércia da Sorbonne, não tem ainda no século XVIII uma cadeira de história especializada. Surge apenas um ensino intitulado “História e Moral”, substituído mais tarde por “Ciências Morais e Políticas”, ao lado de opções como “História das Legislações Comparadas” e “História da Economia Política”. (FURET, 1967). A lentidão da evolução pedagógica mostra que não havia muita vontade em estabelecer a história como disciplina ensinável.

É a Revolução Francesa, em 1789, que vai acelerar o ritmo das mudanças no campo da história, legislando sobre a educação nacional e buscando transformar as instituições de ensino. Mesmo com a brevidade do período revolucionário - ficou a certeza ou a ilusão - de que uma renovação completa dos homens e das coisas seria possível. É apenas deitando os olhos pela legislação revolucionária que podemos medir a evolução das mentalidades e as aspirações das novas elites políticas. Graças a essas idéias é que em 1791 a Constituinte introduz as novas disciplinas de história e geografia. (FURET, 1967). Assim a Revolução faz triunfar a concepção de que a história é um dos terrenos privilegiados

para a demonstração do sentido da existência social. A idéia de uma “ciência social” vai sobreviver graças a Saint Simon e Augusto Comte, mas é a história nacional que vai representar o terreno de constituição da disciplina e que lhe concede legitimidade escolar.

A história sobrevive mal em alguns momentos, justamente por ser um legado da Revolução. Combatendo pela liberdade e pela igualdade, a França jacobina e termidoriana constitui uma vanguarda da própria humanidade. (MARX, 1985). Ao estudar o passado nacional, monarquias e feudos, nobres e miseráveis, patrões e operários, o que se narra é a parte maldita da sua história, mas é a partir desse conhecimento que surgem propostas como contrato popular, direitos originais, e um ideal universal democrático.

É durante a Restauração, em 1814, que a história recebe a consagração de disciplina instituída ao mesmo tempo no ensino e na vida intelectual, funde enfim a tradição dos historiadores com a dos antiquários, reconcilia a história nacional com a história das civilizações e torna-se o magistério do século XIX, estabelecendo um sistema de ensino cronológico de inspiração constitucional e moderada, numa tentativa de síntese entre o antigo ensino e as aspirações modernas. A monarquia constitucional desejosa de esquecer os feitos jacobinos interrompe os programas inspirados por 1789 e tira da pauta os conceitos de progresso, democracia e nação, propondo apenas o direito divino e a providência, inaugurando um período de repressão em qual a história se torna uma disciplina suspeita, que deve ser mantida sob severa vigilância dos poderes públicos, não apenas no ensino secundário, mas também nas faculdades, que promovem acontecimentos políticos e mundanos.

Apenas em 1830, com o Regime de Julho, se abre um período decisivo para o ensino da história, com os dois maiores historiadores franceses da época, Guizot e Michelet, no poder, legitimando a história, remodelando seus programas e desenhando uma cronologia universitária que torna a história inteira e não apenas a história da França, um dos centros essenciais do debate político e intelectual em nível mundial.

Em 1865 o campo da história passa a abranger os fatos econômicos e sociais. Dessa forma a história não é só a genealogia das nações, mas também o estudo do progresso científico e material da humanidade. A partir desse momento a história já não constitui apenas uma matéria de ensino secundário ou superior, é também indispensável para as crianças, cujo juízo e patriotismo devem ser estimulados desde cedo dentro de uma visão universal. “A história da Grécia e de Roma são a nossa história, visto que as origens da inteligência e da política moderna nelas se encontram”, afirma Furet lembrando que aqui a Antiguidade já não é um modelo, mas uma introdução à história.

O que faz portanto com que a história seja, no fim do século XIX uma matéria ensinável de pleno direito é a existência de um método científico, uma concepção da evolução e a eleição de um campo de estudos ao mesmo tempo cronológico e espacial. O período oitocentista é conhecido como os “anos de ouro” da história (WHITE, 1995) e constitui uma imagem privilegiada do progresso da humanidade e um patrimônio de textos, fontes e monumentos que permitem a reconstituição do passado.

É com base nessas premissas que Comte, da escola francesa, lidera a tentativa de estabelecer o monopólio das ciências com um controle rigoroso do Estado sobre as

escolas e academias, e também sobre a produção historiográfica por meio do positivismo. Leopold Van Ranke, da escola alemã apresenta suas teorias sobre prova documental, verdade e fato histórico, gestando com suas concepções a corrente historicista. Em contrapartida a grande herança do século XIX é o materialismo histórico marxista, carregado pelo desenvolvimento econômico e pela luta de classes, duplamente comprometido com a crise do mundo contemporâneo e a inserção de suas hipóteses em espaços não europeus. (WHITE, 1995). Marx reúne como ninguém as relações entre história, economia, sociologia e filosofia fornecendo novas fronteiras para os historiadores e profissionais das ciências sociais e humanas.

Após um caminhar lento, tímido, difícil, porém contínuo, a história chega ao século XX com o desejo de conquistar sua autonomia e abrir novas frentes. Para Furet os historiadores da segunda metade do século tiveram uma vida mais feliz. Encontraram postos universitários, tiveram tempo para ler e escrever, realizaram pesquisas e foram bem acolhidos pela imprensa, mantendo entre a categoria relações relativamente boas.

Isso se deve, em boa parte, à herança reflexiva renovada entre as duas grandes guerras pela redescoberta do pensamento filosófico e aos estudos promovidos pela Escola de *Annales* (França – 1948). Ao redor de Marc Bloch e Lucien Febvre, a disciplina encontrou nos anos 50 e 60, uma espécie de unanimidade sob a forma de um consentimento coletivo para romper os limites tradicionais e abrir oficinas históricas. Os *annalistas* abriram a história para todas as linguagens disponíveis para melhor pensar, compreender e governar o desenvolvimento das nações e da humanidade, dentro de uma explicação global e de uma síntese universal.

É através de *Annales* que a história apadrinha as ciências sociais, com hospitalidade aos intelectuais de esquerda e abertura da disciplina com o objetivo de apresentar uma visão unificada do homem, sob o nome de história total. (GOMES, 1988).

Essa ampla abertura tem vários aspectos que ajudam na compreensão da história econômica, social ou cultural, porém comporta uma explosão infinita de práticas científicas que conduzem a história para a epistemologia da fragmentação, com algumas críticas bastante peculiares: o abandono da história política promove a produção de uma história sem compromisso social, além disso, a ruptura com algumas disciplinas, como a filosofia e a literatura, retiraram da produção historiográfica seu poder original de narração e reflexão.

Em defesa da Escola, Furet afirma que os *annalistas* não partilhavam de uma concepção comum e unificada em oposição à tradição. “Eram justamente as suas rivalidades que os levaram a um grau imaginário de coerência intelectual. As pequenas guerras internas e o grande conflito simbólico estiveram sempre presentes, fazendo com que permanecessem fiéis à ausência de um espírito de sistema o que tão bem caracteriza a Escola”.

A revolução no campo da história é inclusivamente intelectual, transformando os métodos e a matéria em disciplina poliforma, cujo objeto é impossível de definir e até mesmo de abarcar. Aqui a história começa a apagar as fronteiras entre as demais disciplinas e mesmo fragmentando-se continua a ser um saber global, que reúne as condições máximas de compreensão dos fenômenos sociais.

Quem deseja fazer um juízo sobre a situação da história do século XX não deve centrar a atenção sobre a contaminação do presente pelo passado, mas sim pousar o olhar no que se apresenta como realmente novo nas décadas de 50 e 60: tudo se tornou histórico.

Nessa ultrapassagem surgem ramificações importantes que balizam a história nova dos *annalistas* e a nova história cultural dos pós-modernistas, abrindo dessa forma a via para a multiplicação da história, através de novas áreas, novas fronteiras e dilemas, novos campos de investigação, linhas de pesquisa e instrumentos metodológicos.

Os movimentos formados por intelectuais, artistas e trabalhadores aprofundam o debate entre temas como arte e ciência, verdade e ficção, totalidade e migalhas, propiciando um campo discursivo amplo, pleno de horizontes teóricos e novas abordagens historiográficas.

Entre as diversas áreas de estudo destacam-se a História Econômica, História Social, História Política, História das Idéias, História das Mentalidades e História Cultural. No que se refere às linhas de pesquisa, Ciro Flamaron Cardoso (Os domínios da história) dá ênfase às modalidades de História Agrária, História Urbana, História do Cotidiano e da Vida Privada, História das Mulheres, História das Etnias e História das Religiões entre outras. (GOMES, 1988).

Os modelos teóricos e metodológicos têm como instrumentos a análise de documentos e textos, a imagem através dos exemplos da fotografia e do cinema e a informática através do uso do computador.

O problema que se apresenta então é como escrever a história? De que forma? Sob os alçures da ciência ou da arte? Juntando tudo como fizeram na antiguidade com a produção e as idéias dos antiquários e filósofos? Essa talvez tenha sido a discussão do século XX.

São muitos os autores que se viram enredados nesse debate. Paul VEYNE (1971), em *Como se escreve a história* defende que a história é um romance verdadeiro onde as pequenas narrativas são tão importantes como as grandes. Ele pergunta: “Será digno da história contar que os homens cortaram as unhas, descascaram maçãs e acenderam fósforos?” E responde que tudo o que compôs a vida cotidiana de todos os homens é de direito caça para o historiador, pois em nenhuma outra região, além da vida, dia após dia, reflete-se a historicidade.

Já Hyden White em *O fardo da história* defende que a história deve rever suas origens na imaginação literária pois na ânsia de parecer científica e objetiva ela nega sua maior fonte de vigor e renovação. Segundo o autor a história tem pouco a perder e tudo a ganhar em ser arrastada mais uma vez de volta as suas bases literárias. Para ele o historiador deve restabelecer a dignidade dos estudos históricos e participar da tarefa de libertar o presente do fardo da história.

Para Eric HOBSBAWM (1995) é impossível para quem viveu o bárbaro século XX se abster de julgar. Julgar é fácil, diz ele, difícil é compreender. E acrescenta que os historiadores são imprescindíveis para um mundo que perde a lembrança de si mesmo. Segundo ele a função do historiador é lembrar, seu ofício é compreender.

Carlo GINZBURG (2001) em *Olhos de Madeira* alerta que não devemos banalizar a realidade e os estudos históricos. É preciso que se procure e mantenha uma certa distância, porém esse distanciamento não deve levar ao esquecimento, mas sim ao estranhamento, um sentimento que leve ao anseio da busca, do encontro e da descoberta. A seu ver, os limites entre história e ficção não devem ser esfumados e indistintos. Ele destaca que ao dizer que a guerra pode ser contada como um romance, Proust não pretendia exaltar o romance histórico, mas sugerir que os historiadores e romancistas estão irmanados num fim cognitivo e que em alguns momentos encontram-se no mesmo caminho. “Mesmo supondo-se que a história seja científica, ainda assim seria preciso pintá-la como quem pinta o mar, ao revés. E partir das ilusões, das crenças que retificamos pouco a pouco, como Dostoiévski contaria uma vida,” lembra Ginzburg.

Todas essas questões referendam que o debate deste início de século XXI gira em torno do embate pós-moderno entre os historiadores da cultura e do materialismo rebatizado de pós-marxismo ou neo-marxismo. Em defesa da história intelectuais de várias nacionalidades comentam a agenda pós-moderna e lembram que as “velhas” porém não superadas questões básicas da esquerda continuam no centro dos acontecimentos propondo aprofundamento político sobre o poder de Estado e de classe.

John Bellamy FOSTER (1999) conclui o artigo “Em defesa da História”, alegando que o materialismo histórico continuará a ser um território intelectual necessário para todos os que procuram não se deleitar no carnaval das relações produtivas e do mercado capitalista, mas transcendê-los.

Dessa forma, analisando autores clássicos e contemporâneos podemos fazer algumas afirmações bastante sintetizadas sobre os rumos da história da antiguidade à pós-modernidade. Suas origens remontam o século X e estão intimamente ligadas à filosofia, literatura e até mesmo à arqueologia. A história apresenta-se entre os anos 400 e 1.100 (Idade Antiga e Média), como uma ciência em formação prisioneira das grandes religiões (hinduísmo, cristianismo, islamismo e budismo) e sua escrita retém-se à mitologia e ao sagrado, espargindo-se para casos biográficos dos grandes feitos e dos heróis. Sua existência é amorfa e dependente, reside em história das disciplinas e história religiosa. A partir do Renascimento (Moderna) e do Iluminismo (Contemporânea) a história entra nos seus “anos de ouro”, afirmando-se como disciplina acadêmica (1791-1830) e gestando suas mais importantes tendências: positivismo, historicismo e materialismo histórico. No século XX a história nova e a nova história cultural sugerem novos caminhos para a produção histórica, abrindo as fronteiras da história para as mais diversas possibilidades. Neste século XXI o que a história nos reserva é certamente um mundo de oportunidades e surpresas para as próximas décadas do terceiro milênio, sem que para isso o historiador pós-moderno necessite desprezar as disciplinas que permitiram o seu desenvolvimento original.

Isso quer dizer que apesar de todos os combates históricos, a narrativa, o fato e o personagem estão novamente na ordem do dia. Prova disso é a celebrada obra de GINZBURG (1996), *O queijo e os vermes*, que resgata o poder da escrita narrativa

e da imaginação histórica, ressuscita o personagem por meio do moleiro Menóchio e o fato com dimensão política e cultural através da inquisição religiosa. Ginsburg nos permite concluir que a história não é apenas o estudo do passado, por meio das ações humanas no tempo, mas também uma reflexão comprometida com o presente que pode permitir transformações sociais bastante significativas para o futuro da humanidade e do planeta.

Referências

COMTE, A. Curso de filosofia positiva – Discurso sobre o espírito positivo – Discurso Preliminar sobre o conjunto do positivismo – *Catecismo positivista*. Os Pensadores. (Trad. José Arthur Gianotti e Miguel Lemos), São Paulo: Victor Civita, 1978.

FOSTER, J. B. “*Em defesa da história*” - Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FURET, F. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1967.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Olhos de Madeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOMES, R. R. *Introdução ao pensamento histórico*. Lisboa: Estúdios Horizonte, 1988.

HEGEL, G. W. F. *A razão na história* – Uma introdução geral à filosofia da história. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. Moraes, 1990.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *O novo século*. Tradução: Cláudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelman*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ROUSSEAU, J. J. *Discurso sobre as ciências e as artes*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WHITE, H. *Meta-história: A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995.

VEYNE, P. *Como se escreve a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1971.